

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL E ORÇAMENTO

EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo - Setor Sudoeste - Bairro Setor Sudoeste - Brasília/DF -
CEP 70670350

Telefone: (61) 2028-9023

Ofício SEI nº 356/2022-CGPLAN/DIPLAN/GABIN/ICMBio

Brasília/DF, 30 de junho de 2022

Ao Senhor

Valdir Pereira Ramos Filho

Diretor do Departamento de Áreas Protegidas

Ministério do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 9º andar, sala 926

70068-900

Assunto: **Despesa Local - Programa ARPA**

Referência: Caso responda este Ofício, **peticionar eletronicamente** no Processo nº 02122.000203/2022-69, conforme instruções em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/servicos/sistemas/sei-sistema-eletronico-de-informacoes/peticionamento-eletronico>. Novas demandas devem ser **protocoladas** conforme instruções em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-instituto-chico-mendes-de-conservacao-da-biodiversidade-icmbio>.

Senhor Diretor,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, financiado com recursos de doadores internacionais e nacionais, como o *Global Environment Facility* (GEF) por meio do Banco Mundial, do governo da Alemanha por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW), da Fundação *Gordon and Betty Moore*, da Anglo American, da Rede WWF, por meio do WWF-Brasil, e do Fundo Amazônia, por meio do BNDES.
2. O referido Programa dispõe como ferramenta versátil para execução das Unidades de Conservação, a Despesa local (antiga conta vinculada) instituída pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, trata-se de uma conta bancária alimentada com verbas determinadas pelo Funbio e que deve ser movimentada por gestores previamente autorizados.

3. Diante o exposto, o presente ofício objetiva encaminhar documentos necessários para subsidiar proposta de alteração do teto da Despesa local. Sendo eles: Nota técnica (Sei nº 10553623), Carta aberta dos gestores (Sei nº 10880797), Despacho Interlocutório GR1 (Sei nº 11058586) e Nota técnica (Sei nº 11159966).
4. Nesse sentido, após manifestação favorável da Coordenação de Gestão de Projetos e Parcerias - COGEP e Divisão de Projetos e Parcerias - DPES através da Nota técnica Sei nº 11159966, submetemos para análise e manifestação desta UCP/MMA e, posterior, encaminhamento ao FUNBIO para tratativas que o caso requer.

Atenciosamente,

HIAGO USLIAM PAURÍLIO BRAZ
Coordenador-Geral

Anexos:

Nota técnica Lago Piratuba - Sei nº 10553623

Carta aberta dos gestores - Sei nº 10880797

Despacho Interlocutório GR1 - Sei nº 11058586

Nota técnica - Sei nº 11159966



Documento assinado eletronicamente por **Hiago Usliam Paurílio Braz**, Coordenador(a)-Geral, em 30/06/2022, às 14:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



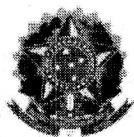
A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **11431062** e o código CRC **89F00FFE**.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Nota Técnica nº 1/2022/REBIO Lago Piratuba/ICMBio

Cutias-AP, 8 abril de 2022.

Assunto: Execução do Programa Áreas Protegidas da Amazônia

1. DESTINATÁRIO

Coordenação de Gestão de Projetos e Parcerias (COGEP)
Gerência Regional 1 - Norte (GR-1)
Gerência Regional 1 - Norte - Base Belém (GR-1 - Base Belém)

2. INTERESSADO

Divisão de Projetos e Parcerias (DPES)
Reserva Biológica do Lago Piratuba

3. REFERÊNCIA

Decreto nº 4.326 de 08/08/2002
Portaria MMA nº 302 de 07/07/2021

4. FUNDAMENTAÇÃO/ANÁLISE TÉCNICA/PARECER

Esta nota técnica se refere a execução dos recursos do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) com foco na Reserva Biológica do Lago Piratuba, Unidade de Conservação Federal apoiada desde o início da implementação do Programa.

O ARPA foi iniciado em 2002 por meio do Decreto nº 4.326 de 08/08/2002, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente e tendo o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) como gestor e executor financeiro.

É financiado com recursos de doadores internacionais e nacionais, como o *Global Environment Facility* (GEF) por meio do Banco Mundial, do governo da Alemanha por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW), da Fundação *Gordon and Betty Moore*, da Anglo American, da Rede WWF, por meio do WWF-Brasil, e do Fundo Amazônia, por meio do BNDES.

É considerado o maior programa de conservação de florestas tropicais do planeta e o mais expressivo ligado à temática das Unidades de Conservação no Brasil, tendo sido o único projeto ambiental até hoje a ser agraciado com o prêmio "Homenagem Impactos do Desenvolvimento", do Tesouro dos Estados Unidos.

O programa é responsável por quase a totalidade dos recursos destinados a 120 Unidades de Conservação no bioma Amazônia, sendo 60 Unidades de Conservação de Proteção Integral e 60 de Uso Sustentável, entre federais e estaduais, totalizando 62,5 milhões de hectares no bioma amazônico (15% da Amazônia Brasileira).

Em quase 20 anos de programa, o ARPA foi dividido em três fases. Na primeira (2003-2009), foram criados 23 milhões de hectares de novas unidades de conservação na Amazônia. Na segunda fase (2010-2017), foi ampliada sua atuação passando a apoiar a consolidação de 95 unidades de conservação, cerca de 52,2 milhões de hectares. No meio da segunda fase, em 2014, teve início a operação de um Fundo de Transição, operacionalizado também pelo Funbio que visa incrementar em longo prazo o esforço público financeiro dos órgãos gestores que integram o programa até 2039. Desse modo, a terceira fase do programa começou concomitantemente à segunda (2014-2039) com as metas de apoiar a consolidação de pelo menos 120 unidades de conservação, totalizando como já dito uma área de 62,5 milhões de hectares.

O sucesso do ARPA se deve ao arranjo inovador de sua implementação (execução técnica e operacional pelas instituições públicas responsáveis pela gestão das unidades de conservação e a execução financeira pelo Funbio); a garantia de recursos financeiros em longo prazo; e ao desenvolvimento transformador de mecanismos de execução, dentre os quais a *Conta Vinculada*.

A *Conta Vinculada* foi instituída no início de implementação do Programa e foi responsável por grande parte da elevada execução dos recursos financeiros. Sem dúvida, o mecanismo mais arrojado criado e implementado pelo ARPA com muito sucesso. A disponibilização da execução direta pelos gestores das unidades de conservação de parte dos recursos estabelecidos em cada Plano

Operativo Anual (POA) representou não somente uma enorme transformação na implementação dessas unidades, mas também um expressivo impacto social.

Em 2019, o Funbio tomou a decisão de descontinuar a *Conta Vinculada* e substituir pela modalidade denominada *Despesa Local*. Basicamente, foi estabelecido o limite de R\$ 114 mil para execução em cada POA e o valor de cada realimentação foi diminuído de R\$ 15 para 3 mil reais, ou seja, uma redução de 80%.

Essa determinação do Funbio ocorreu de forma unilateral, sem discussão e pactuação com as demais instâncias do Programa, incluindo a Comissão de Gestores.

Os gestores das unidades de conservação, em sua maioria, se mostraram preocupados e insatisfeitos com tal determinação e elaboraram uma Carta Aberta aos Órgãos Gestores das Unidades de Conservação Federais e Estaduais, Unidade de Coordenação e Comitê do Fundo de Transição do Programa ARPA em novembro de 2019 (10880797). O documento solicitou ao Comitê do Fundo de Transição e à Unidade de Coordenação do Programa que não fosse permitida a descontinuação da *Conta Vinculada*, bem como qualquer alteração no modo de execução do instrumento no biênio 2020/2021.

Além disso, foi solicitado que a redução gradual da execução da *Conta Vinculada* ocorresse apenas à medida que os Cartões e outros mecanismos estivessem de fato implementados de modo satisfatório; que não fosse estabelecido valor fixo máximo mensal de execução; que os casos excepcionais deveriam ser atendidos; e que fossem realizadas avaliações sistemáticas independentes de satisfação dos usuários com as diversas modalidades de execução financeira do Programa ARPA. Entretanto, os gestores das unidades de conservação não foram atendidos. E nem ao menos convidados para discutir melhor a questão.

Os gestores chamaram muito atenção para o fato de que seria um contrassenso descontinuar de maneira abrupta um mecanismo de execução financeira já consagrado, eficiente, inovador e de vanguarda, sem a existência de alternativas que estivessem em pleno funcionamento.

De fato, foi realmente uma insensatez. No caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba, o Funbio foi obrigado por diversas vezes a lançar mão da *Despesa Local* para viabilizar uma série de atividades operacionais e finalísticas da unidade de conservação. E logo no início da execução do POA 2020/2021, pois vários instrumentos de execução financeira ainda estavam em implementação e não havia outra forma de manter as ações de gestão - exatamente como foi alertado pelos gestores das unidades de conservação. Além disso, o valor de R\$ 3 mil reais estabelecido pelo Funbio deixou de levar em conta uma série de gastos e ficou seguramente muito abaixo do valor médio que seria razoável.

O POA 2020/2021 da Reserva Biológica do Lago Piratuba foi aprovado em 04/02/2020, após duas tentativas infrutíferas de aumento do teto estipulado para a *Despesa Local*. Em razão disso, logo que o POA entrou em vigor, o Funbio nos levou a encaminhar mais de uma dezena de protocolos de remanejamento que poderiam ter sido evitados se houvesse bom senso e racionalidade.

O primeiro protocolo data de 07/02/2020 (3 dias após aprovação do POA). Somente tal fato já demonstra a incoerência imposta pelo gestor financeiro. Apenas 3 dias após a aprovação do POA foi necessário encaminhar solicitações de remanejamento a fim de permitir a realização de uma reunião ordinária do Conselho Consultivo. Ao todo, foram 4 solicitações de remanejamento no primeiro mês de execução do POA 2020/2021. É importante registrar que esse tipo de situação não havia ocorrido em mais de 15 anos de execução do Programa ARPA na Reserva Biológica do Lago Piratuba.

No POA 2020/2021, foram aprovados 16 protocolos de remanejamento de insumos do tipo execução direta Funbio para insumos do tipo *Despesa Local* (planilha 10880853). Dentre esses protocolos, todos foram motivados pelo Funbio por diversas razões. Resumidamente, pela inexistência de outras modalidades de execução implementadas ou mesmo pela inviabilidade operacional de determinadas aquisições e prestações de serviços diretamente pelo Setor de Compras do Funbio. As justificativas mais detalhadas para cada um desses protocolos podem ser visualizadas no *Cérebro*. Os insumos foram os seguintes: Alimentação, Frete, Combustíveis, Manutenção de equipamentos (serviços), Manutenção de equipamentos (peças) e Serviços PJ (para pagamento de serviços de frete). Foi remanejado o montante de R\$ 95.120,00 (noventa e cinco mil e cento e vinte reais) a pedido do próprio Funbio, o que só reforça que teto de 114 mil é absolutamente insuficiente e foi mal dimensionado.

No POA 2020/2021, apesar das restrições relacionadas a várias atividades de campo em razão da pandemia do novo coronavírus, a Reserva Biológica do Lago Piratuba executou R\$ 204.806,08 (duzentos e quatro mil, oitocentos e seis reais e oito centavos) na modalidade *Despesa Local*. Foi a maior execução da modalidade do Programa ARPA no POA 2020/2021, representando quase 80% acima do teto inicialmente estipulado.

Sem dúvida, tal nível de execução demonstra que para o contexto da Reserva Biológica do Lago Piratuba, o teto de 114 mil para a modalidade *Despesa Local* não atenderá as necessidades e peculiaridades da unidade de conservação.

Um dos insumos com elevada execução na modalidade *Despesa Local* foi o serviço de frete fluvial/marítimo (17,5%). No entanto, mesmo com a contratação desse serviço diretamente pelo Funbio (ocorrida em 2021) e considerando a análise da execução da modalidade sem esse insumo, ainda assim teríamos quase 50% acima do teto estipulado.

Isso ocorre pois nem todas as alternativas propostas ao uso da *Despesa Local* se adequam à realidade e às especificidades de todas as unidades de conservação e o cálculo utilizado pelo Funbio para chegar ao teto estabelecido foi impreciso e desconsiderou custos que não tem viabilidade operacional para serem executados via Setor de Compras/Rio de Janeiro como, por exemplo, a manutenção de uma infinidade de equipamentos diversos: geradores, roçadeiras, motosserras, impressoras, notebooks, eletrodomésticos, equipamentos fotográficos e de informática, entre outros.

Ainda com relação a *Despesa Local*, é fundamental ressaltar que o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por prestação de contas é extremamente baixo e, muitas vezes, não permite sequer a emissão de notas fiscais com o valor total da realimentação em razão de descontos de taxas bancárias.

Um valor muito baixo como está sendo executado agora (de apenas R\$ 3.000,00) onera não apenas os gestores, mas também o próprio Funbio com uma quantidade desnecessária de prestações de contas que poderiam ser realizadas em intervalos maiores de tempo.

No POA 2020/2021 da Reserva Biológica do Lago Piratuba foram realizadas 56 prestações de contas, mesmo com a realimentação do valor dobrado (R\$ 6.000,00) em várias ocasiões.

Ademais, mais impactante que o trabalho de elaboração, análise e aprovação das prestações de conta em quantidade desnecessária, é o gasto de tempo e de recursos financeiros (como combustíveis e diárias) para os deslocamentos que viabilizem muitas das compras e

prestações de serviços. Isso ocorre pois muitas vezes não é possível realizar a execução financeira nos municípios de abrangência das unidades de conservação.

No caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba, o caixa eletrônico do Banco do Brasil mais próximo está localizado na capital (Macapá). Mesmo com as facilidades para consultas e movimentações bancárias utilizando o aplicativo ou o *internet banking*, bem como a possibilidade de realização de transferências eletrônicas, muitas vezes é necessário utilizar dinheiro em espécie. Além disso, muitos insumos e serviços estão disponíveis apenas em Macapá.

Desse modo, a cada realimentação de apenas três mil reais (valor com o qual atualmente não se pode fazer muitas aquisições ou pagamentos), precisamos nos deslocar até a capital. Além disso, como o acesso à unidade de conservação é apenas fluvial ou marítimo, não podemos transportar materiais a todo momento. Dependemos do aluguel de embarcação adequada para tanto. Tudo isso impõe um ritmo lento de execução para uma realidade operacional e logística cara e complexa, com pouquíssimos gestores e elevada sobrecarga laboral.

5. CONCLUSÃO E/OU PROPOSIÇÃO

É de amplo conhecimento que a execução dos recursos do POA 2020/2021 foi seriamente impactada pelas restrições impostas pela pandemia do novo coronavírus. Muitas atividades foram suspensas, adiadas e até canceladas. As ações em campo e que envolvem reuniões e aglomerações de pessoas foram seriamente impactadas, especialmente reuniões de conselhos e diversas atividades de gestão socioambiental.

Após a previsão usual de vigência do POA (24 meses), apenas 60% dos recursos do programa como um todo haviam sido executados. Com relação a modalidade *Despesa Local*, os impactos foram muito mais significativos. Normalmente, estes gastos estão relacionados diretamente com ações em campo. Como muitas atividades de campo deixaram de ser realizadas, houve um considerável remanejamento de recursos da modalidade *Despesa Local* para insumos de execução direta Funbio pela grande maioria das unidades de conservação. Além disso, uma expressiva quantidade de unidades de conservação sequer conseguiu utilizar a modalidade em razão da inexistência de pelo menos dois gestores habilitados para utilização da *Despesa Local*. Em inúmeros casos, só existia um gestor lotado na unidade de conservação.

Ao longo de quase duas décadas de execução do ARPA, a Reserva Biológica do Lago Piratuba sempre se destacou pela elevada execução de recursos da modalidade *Conta Vinculada*. No entanto, mesmo com as restrições impostas pela crise sanitária mundial, ainda conseguimos manter boa parte das nossas ações em campo - o que exigiu também a execução dos recursos da atual modalidade *Despesa Local*. A maior execução de recursos de *Despesa Local* ocorreu na Reserva Biológica do Lago Piratuba e seria até maior se não houvesse a retração de qualquer atividade.

Da mesma maneira, muitas unidades de conservação não retirariam recursos da modalidade *Despesa Local* se o POA 2020/2021 estivesse sendo executado em uma condição sem restrições sanitárias e com o efetivo de ao menos dois gestores. Portanto, os impactos das mudanças impostas com o teto de 114 mil reais não poderão ser de fato avaliados neste momento.

De todo modo, fica claro que para algumas unidades de conservação (entre elas a Reserva Biológica do Lago Piratuba) o teto da modalidade *Despesa Local* terá que ser revisto para o próximo POA do Programa ARPA (biênio 2022/2023).

As peculiaridades, as dificuldades de acesso e os desafios de gestão da Reserva Biológica do Lago Piratuba impõem a necessidade de um tratamento diferenciado. Não é à toa que, recentemente, a unidade de conservação foi reconhecida, por meio da Portaria ICMBio nº 251 de 01º/04/22, como uma unidade organizacional de difícil acesso (10880891).

Nem o Cartão Combustível nos atende bem, pois o único posto de combustível existente no município da Sede da Reserva Biológica do Lago Piratuba não trabalha com essa forma de contratação.

Diante da fundamentação apresentada, solicitamos que seja estabelecido um percentual de execução máximo para a modalidade *Despesa Local* em relação ao total de recursos de cada POA e não o valor máximo de 114 mil para todas as unidades de conservação.

Tal proposta foi apresentada pelos gestores do ARPA durante as oficinas do POA 2020/2021 e deve de fato ser levada em consideração neste momento. Com a diminuição das restrições sanitárias e a realização de recente concurso público para o Instituto Chico Mendes, a tendência será de aumento considerável das demandas de execução da modalidade *Despesa Local* por todas as unidades de conservação em relação ao biênio 2020/2021.

Não existe justificativa técnica para estabelecimento de um teto fixo quando os valores totais dos planos operativos são muito distintos entre as unidades de conservação, além dos contextos e desafios operacionais e logísticos enormemente diferenciados.

De acordo com a nossa longa experiência na execução dos recursos do ARPA, esse percentual de execução máximo deve ser fixado em 30% do valor total de cada POA.

Considerando também o aumento dos preços das mercadorias e dos serviços nos últimos dois anos (especialmente alimentos, combustíveis, lubrificantes e materiais de construção) e a elevada e crescente inflação, solicitamos que o valor por prestação de contas varie, pelo menos, de R\$ 5.000,00 a 8.000,00 (cinco a oito mil reais), a depender do volume de execução da modalidade *Despesa Local* de cada unidade de conservação.

Portanto, se o Programa ARPA tem como preocupação o aumento da execução dos recursos planejados e o alcance das metas estabelecidas, é fundamental que o importante mecanismo da *Despesa Local* possibilite uma execução mais ágil, eficiente e inteligente, sem sobrecarregar de maneira indevida os gestores das unidades de conservação e sem ocasionar custos desnecessários.

Para o caso bastante diferenciado da Reserva Biológica do Lago Piratuba, o teto de gastos na modalidade deve ser de 30% do valor total de cada Plano Operativo e as realimentações devem ser de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cada uma.

Assim como pontuado na Oficina do POA 2020/2021, reiteramos a necessidade de realização de avaliações sistemáticas independentes de satisfação dos gestores com as diversas modalidades de execução financeira do Programa ARPA, tais como: *Despesa Local*, Cartões, Contratações Funbio, entre outras.

PATRICIA RIBEIRO SALGADO PINHA

Analista Ambiental/Chefe da Reserva Biológica do Lago Piratuba

ALDEBARO DA SILVA AMORAS

Técnico Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Ribeiro Salgado Pinha, Chefe**, em 11/04/2022, às 19:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Aldebaro da Silva Amoras, Técnico Administrativo**, em 11/04/2022, às 19:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **10553623** e o código CRC **7BA9AF7D**.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Criado por 83393420100, versão 39 por 83393420100 em 11/04/2022 19:32:22.



CARTA ABERTA AOS ÓRGÃOS GESTORES DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS E ESTADUAIS, UNIDADE DE COORDENAÇÃO E COMITÊ DO FUNDO DE TRANSIÇÃO DO PROGRAMA ARPA

A conservação dos ecossistemas amazônicos tem se configurado como um dos maiores desafios nos âmbitos nacional e internacional, especialmente em razão da diversidade socioambiental da região - a qual impõe a construção de soluções que possibilitem a conciliação de interesses diversos e a mobilização da sociedade local em prol do desenvolvimento sustentável.

Neste cenário, destaca-se o *Programa Áreas Protegidas da Amazônia* (ARPA) que apoia atualmente 119 Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira. **É o maior programa de conservação de florestas tropicais do planeta.** Ao longo de seus 17 anos de existência, possibilitou a consolidação de mais de 60 milhões de hectares de Unidades de Conservação, ocupando posição de vanguarda na busca por alternativas para a promoção do desenvolvimento sustentável. Tal êxito deve-se principalmente à dedicação de seus gestores e às diversas possibilidades de execução financeira do Programa, as quais se adaptam às diferentes realidades das Unidades de Conservação na Amazônia - em especial ao instrumento denominado *Conta Vinculada*.

A inovação do instrumento *Conta Vinculada* se destaca por ter possibilitado a aquisição local de uma variedade de produtos e serviços que se refletiram em maior eficiência no uso dos recursos, em razão da agilidade e do atendimento às especificidades socioambientais vivenciadas por cada Unidade de Conservação. Além disso, o instrumento possibilitou a geração significativa de renda em diversas localidades da Amazônia, especialmente no interior e entorno das Unidades de Conservação, através de compras em comércios locais e na prestação de serviços diversos pelos moradores da região. Nos últimos anos, o ARPA incentivou a formalização de microempreendedores individuais os quais atendem as Unidades de Conservação por meio da *Conta Vinculada*.

Contudo, apesar das vantagens da *Conta Vinculada* serem amplamente reconhecidas, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) decidiu unilateralmente reduzir drasticamente o limite de gastos do instrumento a partir de 2020 sem que houvesse: *i.* a concordância de todas as instâncias representativas do Programa ARPA; *ii.* uma avaliação criteriosa dos impactos na gestão e uma análise das diferentes necessidades das Unidades de Conservação; e *iii.* a implementação prévia de alternativas de execução financeiras construídas com participação dos gestores, de modo a garantir a continuidade da gestão das Unidades de Conservação em conformidade com suas especificidades e a geração de renda na região proporcionada por tal instrumento.

Trata-se de uma decisão que **não foi discutida de forma adequada** nas instâncias representativas do Programa ARPA, especialmente por não ter consultado os gestores das Unidades de Conservação apoiadas. É temerário descontinuar um instrumento de execução financeira já consagrado, eficiente, inovador e de vanguarda, sem a existência de alternativas que estejam em pleno funcionamento. A *Conta Vinculada* abrange uma série de compras e prestação de serviços extremamente variados e em regiões com limitados estabelecimentos comerciais, precário acesso à internet, telefonia e rede bancária.

Diante de tal situação, os gestores das Unidades de Conservação apoiadas pelo Programa ARPA, abaixo-listadas, expressam **profunda preocupação** com os impactos da descontinuação da *Conta Vinculada* no alcance das metas do Programa e na geração de renda local. Ressaltamos que atualmente a *Conta Vinculada* possui apenas um limite de 15.000,00 por prestação de conta. No entanto, a partir de janeiro de 2020, o instrumento passará a ser denominado *Despesa Local* com um limite máximo de R\$ 3.000,00 por mês com pequenas variações ao longo do Planejamento Operacional até o teto de R\$ 114.000,00 – o que representa uma **redução que varia de 80% a 90%**, a depender do número de prestação de contas mensal realizada por cada Unidade de Conservação.

Tal preocupação se fundamenta no entendimento de que a proposta de substituição da *Conta Vinculada* por instrumentos de execução corporativos convencionais (tais como cartões combustível e alimentação) além de se tornarem mais onerosos, não contemplam as diversas realidades amazônicas e ainda impactarão negativamente as relações socioeconômicas constituídas ao longo de quase duas décadas com parceiros locais, passando a beneficiar as médias e grandes empresas dos maiores centros. A geração de renda local fomentada pelo ARPA será transferida e prejudicará uma série de fornecedores e prestadores da região das Unidades de Conservação.

A implementação do *Cartão Combustível* pelo Funbio ao longo dos últimos dois anos demonstra que apenas 25,5% das Unidades de Conservação estão plenamente satisfeitas com tal estratégia. Em muitos casos, não existem postos de combustível interessados no fornecimento por meio dessa modalidade de execução. Portanto, é uma insensatez descontinuar a *Conta Vinculada* e substituí-la por Cartões que demonstram baixa eficiência e que sequer foram implementados.

Além disso, não é coerente limitar a execução da *Conta Vinculada* sem que antes sejam implementados mecanismos que garantam o atendimento das solicitações encaminhadas ao Funbio em prazo razoável, sem necessidade de cancelamento ou adiamento de atividades planejadas. No Programa ARPA existe um considerável passivo de protocolos de bens e serviços, entre os quais constam solicitações encaminhadas em 2015. Realizamos uma amostragem com 20 unidades de conservação (o que representa quase 30% das unidades federais) a fim ilustrar tal situação, conforme gráfico abaixo.

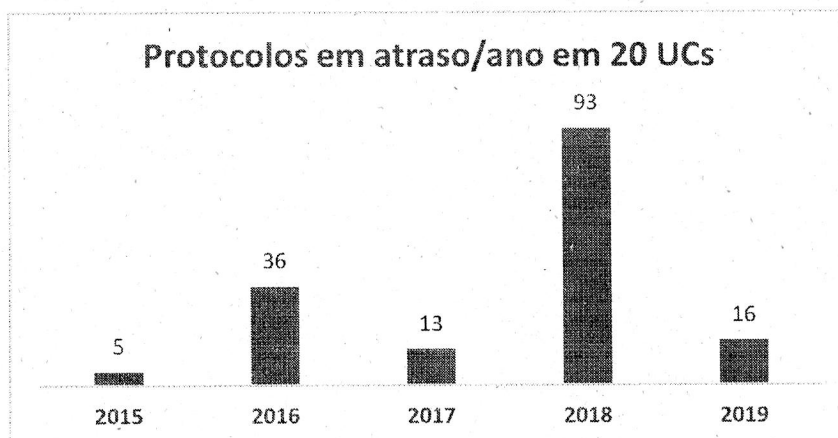


Gráfico 1. Protocolos pendentes por ano (total 163 entre 2015 e 2019).

O Programa ARPA precisa que seu gestor financeiro compreenda os desafios operacionais e logísticos da Amazônia Brasileira e que trate com respeito todas as instâncias, especialmente a Comissão de Gestores - de modo que as deliberações sejam fruto de discussões e negociações entre as partes, sem imposições e primando pelo consenso.

Nesse sentido, solicitamos que o Comitê do Fundo de Transição e Unidade de Coordenação do Programa **não permitam a descontinuação da *Conta Vinculada* e qualquer alteração no modo de execução atual deste instrumento no biênio 2020/2021.**

Estamos abertos ao diálogo e a negociação de um modo de execução da *Conta Vinculada* que contemple o estabelecimento de critérios racionais, justos e adequados às peculiaridades das diferentes Unidades de Conservação, sem comprometimento do alcance dos marcos referenciais e da geração de renda local aos mais desfavorecidos. Primeiramente, antes de qualquer mudança, tal proposta deve ser melhor discutida entre as partes envolvidas. Propomos que a mesma lógica existente no Fundo de Transição seja aplicada, de modo que ocorra uma redução gradual da execução pela *Conta Vinculada* à medida que os *Cartões* estiverem implementados e atenderem de modo satisfatório. De maneira alguma deverá ser estabelecido um valor fixo máximo mensal de execução para a *Conta Vinculada*, uma vez que os valores destinados à cada Unidade de Conservação para os Planejamentos Operacionais são muito distintos, bem como suas necessidades. Os casos excepcionais que necessitarem de maior execução pela *Conta Vinculada* deverão ser atendidos e solicitamos a realização de avaliações sistemáticas independentes de satisfação dos usuários com as diversas modalidades de execução financeira do Programa ARPA.

Amazônia, 22 de novembro de 2019.

Nº	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
01	Estação Ecológica Alto Maués
02	Estação Ecológica de Jutai-Solimões
03	Estação Ecológica de Maracá-Jipiôca
04	Estação Ecológica do Jari
05	Estação Ecológica Juami-Japurá
06	Estação Ecológica Niquiá
07	Estação Ecológica Maracá
08	Estação Ecológica Rio Acre
09	Estação Ecológica Terra do Meio
10	Parque Nacional da Amazônia
11	Parque Nacional da Serra do Divisor
12	Parque Nacional de Anavilhanas
13	Parque Nacional de Pacaás Novos
14	Parque Nacional do Acari
15	Parque Nacional do Cabo Orange

16	Parque Nacional do Jamanxim
17	Parque Nacional do Jaú
18	Parque Nacional do Juruena
19	Parque Nacional do Monte Roraima
20	Parque Nacional do Rio Novo
21	Parque Nacional dos Campos Amazônicos
22	Parque Nacional do Viruá
23	Parque Nacional Mapinguari
24	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
25	Parque Nacional Nascentes do Lago Jari
26	Parque Nacional Serra da Cutia
27	Parque Nacional Serra da Mocidade
28	Parque Nacional Serra do Pardo
29	Reserva Biológica do Abufari
30	Reserva Biológica do Guaporé
31	Reserva Biológica do Jaru
32	Reserva Biológica do Lago Piratuba
33	Reserva Biológica do Manicoré
34	Reserva Biológica do Rio Trombetas
35	Reserva Biológica do Tapirapé
36	Reserva Biológica Gurupi
37	Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo
38	Reserva Biológica Uatumã
39	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá
40	Reserva Extrativista Arapixi
41	Reserva Extrativista Arióca Pruanã
42	Reserva Extrativista Auati-Paraná
43	Reserva Extrativista Barreiro das Antas
44	Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema
45	Reserva Extrativista Chico Mendes
46	Reserva Extrativista Chocoaré-Mato Grosso
47	Reserva Extrativista de Cururupu

48	Reserva Extrativista do Alto Tarauacá
49	Reserva Extrativista do Baixo Juruá
50	Reserva Extrativista do Lago Capanã Grande
51	Reserva Extrativista do Rio Jutai
52	Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto
53	Reserva Extrativista do Rio Unini
54	Reserva Extrativista Federal do Rio Cautário
55	Reserva Extrativista Ipaú Anilzinho
56	Reserva Extrativista Ituxi
57	Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá
58	Reserva Extrativista Mapuá
59	Reserva Extrativista Maracanã
60	Reserva Extrativista Marinha Cuinarana
61	Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba
62	Reserva Extrativista Médio Juruá
63	Reserva Extrativista Médio Purus
64	Reserva Extrativista Mestre Lucindo
65	Reserva Extrativista Renascer
66	Reserva Extrativista Rio Iriri
67	Reserva Extrativista Rio Xingu
68	Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade
69	Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
GR-1 - BASE BELÉM

Av. Julio Cesar, 7060, - Bairro Val de Cans - Belém/PA - CEP 66617-420

Telefone: (91)32572095

Número do Processo: 02122.000203/2022-69

Despacho Interlocutório

Destinatário: COGEP, GR-1

Assunto: Despesa local - Considerações

Prezados,

Em atenção as considerações apontadas pela Nota Técnica nº 1/2022/REBIO Lago Piratuba/ICMBio (10553623), que trata da necessidade de realização de avaliações sistemáticas independentes de satisfação dos gestores com as diversas modalidades de execução financeira do Programa ARPA, aumento de tetos da modalidade *Despesa Local*, esta Base avançada da GRI manifesta concordância, ressaltando alguns pontos importantes.

A gestão de unidades de conservação na Amazônia é uma tarefa complexa por um série de fatores tanto do ponto de vista de conflitos fundiários, sociais e ambientais, como também de fatores de ordem fiscais/administrativa. Via de regra a sede das unidades de conservação estão localizadas em regiões distantes com poucas estruturas e desafios operacionais e logísticos, cenário esse, que dificultam o estabelecimento de contratos nacionais eficientes, consequentemente trazendo dificuldade no processo de gestão da unidade de conservação.

Dessa forma, a modalidade *Despesa Local*, revela-se como um instrumento extremamente eficiente na rotina da gestão da unidade de conservação, como mostra Nota Técnica nº 1/2022/REBIO Lago Piratuba/ICMBio (10553623), portanto, precisa ser fortalecido e ampliado.

O próprio FUNBIO, reconhece sabe da importância dessa modalidade, dado que em várias ocasiões, lança mão dela para destravar processos finalísticos (despesas) nas unidades de conservação, dado que outras modalidades não conseguem absorver de forma objetiva, pratica e eficiente custos impostos pelas dificuldades operacionais e logísticos da Amazônia. como pode ser observado nos exemplos práticos relatados pela chefe da Reserva Biológica do Lago Piratuba:

De fato, foi realmente uma insensatez. No caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba, o Funbio foi obrigado por diversas vezes a lançar mão da *Despesa Local* para viabilizar uma série de atividades operacionais e finalísticas da unidade de conservação. E logo no início da execução do POA 2020/2021, pois vários instrumentos de execução financeira ainda estavam em implementação e não havia outra forma de manter as ações de gestão - exatamente como foi alertado pelos gestores das unidades de conservação. Além disso, o valor de R\$ 3 mil reais estabelecido pelo Funbio deixou de levar em conta uma série de gastos e ficou seguramente muito abaixo do valor médio que seria razoável. (sem grifo no original)

O POA 2020/2021 da Reserva Biológica do Lago Piratuba foi aprovado em 04/02/2020, após duas tentativas infrutíferas de aumento do teto estipulado para a *Despesa Local*. **Em razão disso, logo que o POA entrou em vigor, o Funbio nos levou a encaminhar mais de uma dezena de protocolos de remanejamento que poderiam ter sido evitados se houvesse bom senso e racionalidade. (sem grifo no original)**

O primeiro protocolo data de 07/02/2020 (3 dias após aprovação do POA). Somente tal fato já demonstra a incoerência imposta pelo gestor financeiro. **Apenas 3 dias após a aprovação do POA foi necessário encaminhar solicitações de remanejamento a fim de permitir a realização de uma reunião ordinária do Conselho Consultivo.** Ao todo, foram 4 solicitações de remanejamento no primeiro mês de execução do POA 2020/2021. **É importante registrar que esse tipo de situação não havia ocorrido em mais de 15 anos de execução do Programa ARPA na Reserva Biológica do Lago Piratuba. (sem grifo no original)**

No POA 2020/2021, foram aprovados 16 protocolos de remanejamento de insumos do tipo execução direta Funbio para insumos do tipo *Despesa Local* (planilha 10880853). **Dentre esses protocolos, todos foram motivados pelo Funbio por diversas razões. Resumidamente, pela inexistência de outras modalidades de execução implementadas ou mesmo pela inviabilidade operacional de determinadas aquisições e prestações de serviços diretamente pelo Setor de Compras do Funbio. (sem grifo no original)**

Por ser uma modalidade importante que confere eficiência na gestão dos recursos, precisa ser ampliado e fortalecido, ou seja, precisa-se que o valor estipulado de R\$ 3.000 seja revisto, dado que é um valor baixo necessitando que sejam feitas inúmeras prestações de contas, o que acaba onerando os gestores, bem como, em várias ocasiões não permite a emissão de notas fiscais com o valor total da realimentação em razão de descontos de taxas bancárias, conforme destacado Nota Técnica nº 1/2022/REBIO Lago Piratuba/ICMBio (10553623):

Ainda com relação a Despesa Local, é fundamental ressaltar que o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por prestação de contas é extremamente baixo e, muitas vezes, não permite sequer a emissão de notas fiscais com o valor total da realimentação em razão de descontos de taxas bancárias. (sem grifo no original)

Um valor muito baixo como está sendo executado agora (de apenas R\$ 3.000,00) **onera não apenas os gestores**, mas também o próprio Funbio com uma quantidade desnecessária de prestações de contas que poderiam ser realizadas em intervalos maiores de tempo. **(sem grifo no original)**

No POA 2020/2021 da Reserva Biológica do Lago Piratuba foram realizadas 56 prestações de contas, mesmo com a realimentação do valor dobrado (R\$ 6.000,00) em várias ocasiões. **(sem grifo no original)**

Ademais, **mais impactante que o trabalho de elaboração, análise e aprovação das prestações de conta em quantidade desnecessária, é o gasto de tempo e de recursos financeiros (como combustíveis e diárias) para os deslocamentos que viabilizem muitas das compras e prestações de serviços.** Isso ocorre pois muitas vezes não é possível realizar a execução financeira nos municípios de abrangência das unidades de conservação. **(sem grifo no original)**

Cabe destacar também, a importância de se estabelecer parâmetros condizentes com a realidade de execução de cada unidade de conservação para definição do teto de execução da modalidade *Despesa local*, abstraindo dessa definição de parâmetros os dois anos de emergência sanitária, dado que impactou diretamente a execução dos recursos.

Nesse sentido, traz razoabilidade a proposta sugerida pela REBIO do Lago Piratuba de ser estabelecido um percentual de execução máximo para a modalidade *Despesa Local* em relação ao total de recursos de cada POA e não o valor máximo de 114 mil para todas as unidades de conservação.

Por fim, manifestamos concordância com a proposta de ser estabelecido um teto de gastos na modalidade *Despesa Local* de 30% do valor total de cada Plano Operativo da Unidades de conservação, bem como as realimentações em valores próximos de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cada uma.

Para finalizar, manifestamos concordância da importância de realização de avaliações sistemáticas independentes de satisfação dos gestores com as diversas modalidades de execução financeira do Programa ARPA, tais como: *Despesa Local*, Cartões, Contratações Funbio, entre outras.

Belém/PA, 10 de maio de 2022

NILTON JUNIOR LOPES RASCON

Chefe da Base Avançada/Belém - ICMBIO - GR01

Portaria nº 262 publicado em 08 de abril de 2022.



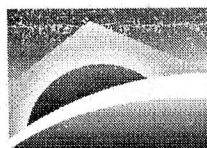
Documento assinado eletronicamente por **Nilton Junior Lopes Rascon, Chefe**, em 16/05/2022, às 15:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **11058586** e o código CRC **4FC7F71C**.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Criado por 78768926200, versão 18 por 78768926200 em 11/05/2022 14:44:35.

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE****INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

Nota Técnica nº 24/2022/DPES/COGEP/CGPLAN/DIPLAN/GABIN/ICMBio

Brasília-DF, 04 maio de 2022

Assunto: Execução do Programa Áreas Protegidas da Amazônia

1. DESTINATÁRIO

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO

2. INTERESSADO

Reserva Biológica do Lago Piratuba

Coordenação de Gestão de Projetos e Parcerias - COGEP

3. REFERÊNCIA

Decreto nº 4.326 de 08/08/2002

Manual de Orientações Gerais para o dia a dia do Programa ARPA

Nota técnica Sei nº 10553623

Remanejamentos Despesa Local Sei nº 10880853

4. FUNDAMENTAÇÃO/ANÁLISE TÉCNICA/PARECER

4.1 Esta nota técnica refere-se a execução dos recursos da modalidade Despesa Local (antiga Conta vinculada) do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, com foco na Reserva Biológica do Lago Piratuba - Unidade de Conservação Federal apoiada desde o início da implementação do Programa.

4.2 O Programa ARPA é um programa do Governo Federal, criado e implementado em parceria com órgãos de meio ambiente estaduais da Amazônia, instituições privadas e sociedade civil para promover a conservação de áreas protegidas na Amazônia em bases sustentáveis. É financiado com recursos de doadores internacionais e nacionais, como o *Global Environment Facility* (GEF) por meio do Banco Mundial, do governo da Alemanha por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW), da Fundação *Gordon and Betty Moore*, da Anglo American, da Rede WWF (WWF-Brasil), e do Fundo Amazônia, por meio do BNDES.

4.3 O mecanismo Despesa Local é uma ferramenta desenvolvida pelo FUNBIO e aprovada pelos doadores para permitir a realização de gastos de pequeno valor na região das Unidades de Conservação e, assim, facilitar o dia a dia dos gestores no que tange à execução das UC's. Trata-se de uma conta bancária alimentada com verbas determinadas pelo Funbio e que deve ser movimentada por gestores previamente autorizados.

4.4 Nesse sentido, os gastos de pequeno valor, destinados a cobrir as necessidades estabelecidas no Plano Operativo (PO) de cada UC, podem ser executados diretamente pelos gestores, sem a necessidade de solicitação

diretã à Gerência ARPA. Assim, bens de valor limitado, contratação de serviços PJ esporádicos e aquisições de produtos para a realização de atividades cotidianas, podem ser adquiridos próximo a região da UC e pagos pelos gestores com maior agilidade, fomentando também a economia da região.

4.5 O recurso disponível deve ser exclusivamente utilizado com custos que beneficiem diretamente às UC's do Programa, os quais são solicitados pelos gestores, aprovados no Plano Operativo e autorizados pelos doadores. Cada UC contemplada, pode gerenciar uma Conta de despesa local que, por questões de controle e segurança, deverá obrigatoriamente ser movimentada por 2 gestores capacitados previamente pelo FUNBIO e recebem outorga de poderes.

4.6 Por isso, em referência a Nota técnica de REBIO Lago Piratuba (Sei nº 10553623), a equipe gestora informa o seguinte:

"Em 2019, o Funbio tomou a decisão de descontinuar a *Conta Vinculada* e substituir pela modalidade denominada *Despesa Local*. Basicamente, foi estabelecido o limite de R\$ 114 mil para execução em cada POA e o valor de cada realimentação foi diminuído de R\$ 15 para 3 mil reais, ou seja, uma redução de 80%."

4.7 Diante disso, essa Divisão de Projetos e Parcerias - DPES vem acompanhando e recebendo relatos consecutivos, desde a referida alteração, das equipes gestoras responsáveis pelas Unidades de conservação contempladas pelo Programa, quanto à **impossibilidade** em atender diversas ações (as quais são previstas a execução via Despesa Local) com o teto atual de R\$ 114.000,00 por Plano Operativo (PO) e R\$ 3.000,00 a cada realimentação.

4.8 Referente a REBIO Lago Piratuba, no Plano Operativo 2020/2021 a UC obteve diversas exceções em sua execução. Pois, determinadas atividades necessárias para o alcance de metas da UC só poderiam ser realizadas via Despesa Local. O que, consequentemente, excedeu o limite proposto pelo FUNBIO conforme remanejamentos aprovados no valor de R\$ 95.120,00 (Sei nº 10880853) e trecho da Nota Técnica 1 (Sei nº 10553623), a ver:

"No PO 2020/2021, apesar das restrições relacionadas a várias atividades de campo em razão da pandemia do novo coronavírus, a Reserva Biológica do Lago Piratuba executou R\$ 204.806,08 (duzentos e quatro mil, oitocentos e seis reais e oito centavos) na modalidade *Despesa Local*. Foi a maior execução da modalidade do Programa ARPA no POA 2020/2021, representando quase 80% acima do teto inicialmente estipulado."

"...foram aprovados 16 protocolos de remanejamento de insumos do tipo execução direta Fubio para insumos do tipo *Despesa Local* (planilha 10880853). Dentre esses protocolos, todos foram motivados pelo Funbio por diversas razões. Resumidamente, pela inexistência de outras modalidades de execução implementadas ou mesmo pela inviabilidade operacional de determinadas aquisições e prestações de serviços diretamente pelo Setor de Compras do Funbio. As justificativas mais detalhadas para cada um desses protocolos podem ser visualizadas no *Cérebro*. Os insumos foram os seguintes: Alimentação, Frete, Combustíveis, Manutenção de equipamentos (serviços), Manutenção de equipamentos (peças) e Serviços PJ (para pagamento de serviços de frete). Foi remanejado o montante de R\$ 95.120,00 (noventa e cinco mil e cento e vinte reais) a pedido do próprio Funbio, o que só reforça que teto de 114 mil é absolutamente insuficiente e foi mal dimensionado."

5. CONCLUSÃO E/OU PROPOSIÇÃO

5.1 Em conformidade ao Manual de Orientações Gerais para o dia a dia:

"A conta de despesas locais foi idealizada como uma ferramenta de execução versátil, que visa facilitar a gestão na ponta com a aquisição de itens de consumo com maior autonomia para a gestão das UCs, devem ser priorizados os itens de consumo locais, visando fomentar o comércio mais próximo às UCs, quando possível. Itens patrimoniáveis pelo órgão gestor, não devem ser adquiridos pela conta de despesa local, salvo exceções a serem apresentadas, mediante justificativa à Gerência Arpa no Funbio para análise."

5.2 Logo, em atenção ao objetivo da Despesa Local e o seu essencial papel para o atingimento das metas ao que se refere à execução das UC's, dando maior celeridade aos processos, flexibilidade para cenários urgentes e autonomia aos Gestores, e em consideração à carta aberta (Sei nº 10880797) de 22 de novembro de 2019, realizada pelos responsáveis das Unidades de conservação contempladas pelo Programa, em que destaco os seguintes trechos:

"o instrumento passará a ser denominado Despesa Local com um limite máximo de R\$ 3.000,00 por mês com pequenas variações ao longo do Planejamento Operacional até o teto de R\$ 114.000,00 – o que representa uma redução que varia de 80% a 90%, a depender do número de prestação de contas mensal realizada por cada Unidade de Conservação.";

"...a Despesa Local abrange uma série de compras e prestação de serviços extremamente variados e em regiões com limitados estabelecimentos comerciais, precário acesso à internet, telefonia e rede bancária".

5.3 Nesse ínterim, diante da manifestação favorável do Chefe da Base avançada Belém quanto à proposta de revisão do teto (Sei nº 11058586) e os diversos relatos e cenários distintos em que cada UC está inserida, bem como, os impactos que a redução do teto de Despesa local vem implicando nas execuções desde Janeiro/2020 (Plano Operativo 20/21);

5.4 **Solicitamos análise da possibilidade de aumento do teto de Despesa Local, bem como, o valor disponibilizado por prestação de contas (realimentação)**, buscando atender às peculiaridades e necessidade de cada UC que usufrui da ferramenta, a fim de promover maior atingimento das metas estabelecidas, fomentar o comércio local e contribuir para a consolidação e manutenção das Unidades de Conservação no presente biênio e na vigência do Programa.

5.5 Adicionalmente, referente à REBIO Lago Piratuba, diante do exposto pela UC, **manifestamos concordância** ao proposto pela equipe gestora, conforme aduz o seguinte trecho: *"teto de gastos na modalidade deve ser de 30% do valor total de cada Plano Operativo e as realimentações devem ser de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cada uma."*

PAULO OLIVEIRA DE SOUSA

Chefe de Divisão

ANDRE LUIZ PEIXOTO BARBOSA

Coordenador de Gestão de Projetos e Parcerias



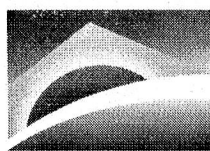
Documento assinado eletronicamente por **Paulo Oliveira de Sousa, Chefe de Divisão**, em 29/06/2022, às 17:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



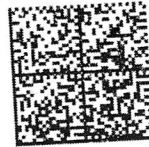
A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **11159966** e o código CRC **F492F25C**.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL



NF:

Contrato: 9912535527 / 76439089

Peso

PP: 430749

CARTA_AR
YG668439128BR



AR

Recebedor:

Documento:

Assinatura:

ENTREGA NO VIZINHO
NÃO AUTORIZADA

DESTINATÁRIO

VALDIR PEREIRA RAMOS FILHOS -

ESPLANADA DOS MINISTERIOS BLOCO B, S/N. 9ANDAR, SALA
926

ZONA CIVICO-ADMINISTRATIVA
70068-900 BRASILIA / DF



Brasil

CPF/CNPJ: null

Obs: oficio.356/2022-cgplan-sei nº11431062-
processo 02122.000203/2022-69

Remetente:

INSTITUTO CHICO MENDES CONSERVACAO DA

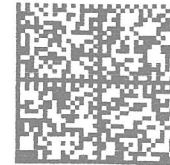
Sem Departamento

EQSW 103 BLOCO C COMPLEXO ADM, 0
, SETOR SUDOESTE

70670-350

CRUZEIRO / DF

R.I.



PB203844
504100



Correios

R\$ 17,66

06.07.22 - 16:45

CARTA
AGF NBE/BSB

DAP - 4025